



**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**ATA**

**209ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
- CNPS -**

**Brasília, 25 de Setembro de 2014**

Esplanada dos Ministérios | Bloco F | sala 902 | Brasília – DF

**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS**

**ATA DA 209ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**DATA:** 25 de Setembro de 2014

**LOCAL:** Esplanada dos Ministérios - Ministério da Previdência Social, Anexo F,  
Sala 902

**PRESENCAS**

**Representantes do Governo**

MPS - Benedito Adalberto Brunca

MPS - Rogério Nagamine

INSS – Sergio Antonio Carneiro

INSS - Lindolfo Neto de Oliveira Sales

MP - Jefferson Luis Bittencourt

SRFB – Daniel Belmiro

MP – Rodrigo Antunes de Carvalho

IPEA – Marcelo Abi-Ramia Caetano

**Representações dos Aposentados e Pensionistas**

SINTAPI/CUT – Mário Sérgio Rodrigues da Conceição

COBAP – Luiz Adalberto da Silva

**Representações dos trabalhadores em atividade**

Força Sindical – Antônio Cortez Moraes

UGT - Miguel Salaberry Filho

CUT - Valeir Ertle

CONTAG - Evandro José Morello

## **Representação dos empregadores**

CNI – Rafael Ernesto Kieckbusch

CNF - Walter Tadeu Pinto de Faria

CNA – Vânia Gomes Ataídes da Silva

## **Convidados**

Cinara Fredo – INSS

Ubiramar Mendonça – DATAPREV

Andrea Gato - SINDNAPI

Josepha Teothônia de Brito – COBAP

Darcy S. Vittobello - MPF

Caio Figueiredo – SPE/MF

Edmar Casalatina – Banco do Brasil

Wanessa Antunes – SESI-DN

Marcelo Tornier – SESI

Jarbas de Araújo Félix - MPS

Antonio Carlos – Banco

Mauricio Oliveira – COBAP

Vladimir Gobbi Junior – INSS

Eduardo Pereira – SPPS/MPS

Marco Antônio Perez - DPSSO/MPS

Silvia Pacheco – ASCOM/INSS

Renata Brumado – ASCOM/MPS

Antônio Temdio – Correio Braziliense

Renata Moura C. da Silva – INSS

Karine Cortês – INSS

Mara Aquino – Agência Brasil

Francisca Maria de Oliveira – DPSSO/MPS

Juliana S. de Andrade – INSS

Renata Florez Rocha – INSS

José Naoum de Mesquita Chagas – INSS

Samara Dantas - INSS

Denisson Almeida – SPPS/MPS

### **Ausências**

MPS - Garibaldi Filho (Ministro)

MPS - Carlos Eduardo Gabas

SPPC – Jaime Mariz de Faria Junior

MF – Adriana Arruda Pessoa Moreira

COBAP – Moacir Meirelles de Oliveira

COBAP - Silberto Raimundo da Silva

SINDAP - Oswaldo Lourenço

CNPA – Daniel Alves Burle

SINDNAPI - Paulo José Zanetti

CNT – Nicole Goulart

CONTAG – Jose Wilson de Souza Gonçalves

### **I – ABERTURA**

Presidindo a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Benedito Adalberto Brunca (MPS) abriu a 209ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS e deu por iniciada a reunião.

### **II – EXPEDIENTE**

O Sr. Benedito Adalberto Brunca (MPS) saudou a todos e, em seguida, socializou a pauta dos trabalhos para essa reunião. Na continuidade, ele colocou para Aprovação a ata da 208ª Reunião Ordinária do CNPS, realizada no dia 28 de agosto de 2014. Dispensada a sua leitura, a ata foi submetida aos senhores conselheiros, em regime de votação, sendo aprovada por unanimidade dos

presentes. Em seguida, o Sr. Presidente registrou a presença dos representantes do INSS, nomeadamente da Diretoria de Benefícios e da Diretoria da Saúde do Trabalhador, do Departamento de Saúde Ocupacional e também do Ministério Público Federal, na pessoa da Dra. Darcy Vittobello.

### **III – Ordem do Dia**

O Sr. Presidente colocou para apreciação a matéria “Estimativa de Impacto da Proposta de Expansão na Quantidade de Parcelas de 60 para 72 meses nos Prazos de Pagamento nas Operações de Empréstimo Consignado”. O tema em destaque inicialmente foi apresentado pelo Sr. Rogério Nagamine (MPS), este, após saudar os presentes iniciou a sua apresentação, antes, porém, afirmou ser necessário apresentar os dados de operações do empréstimo consignado para o mês de julho, objetivando a discussão. A seguir, ele apresentou em pormenores a quantidade de operações de crédito com empréstimo pessoal e cartão realizado com aposentados e pensionistas do INSS de janeiro de 2013 até julho de 2014. Dando prosseguimento ao tema, o Sr. Presidente falou a respeito da análise da estimativa de impacto da proposta de expansão dessa alteração da quantidade de parcelas de 60 para 72 meses nas operações de empréstimo consignado; Da Estimativa de impacto de aumento no volume de crédito considerando apenas o impacto nas novas contratações com base no mês de julho de 2014; Valor Médio das operações de julho de 49 a 60 meses; Estimativa de aumento do valor médio por contrato; Estimativa do possível aumento do volume de crédito mensal; Estimativa do possível aumento do volume de crédito anualizado; Considerando o estoque de contratos ativos, cerca de 91% tinham prazo entre 49 e 60 meses; Acumulados Ativos Agosto/2014; Estimativa do possível aumento do crédito decorrente do refinanciamento de contratos de 60 meses. Ele também falou que segundo relatório do BACEN, o prazo médio das concessões de consignado de beneficiários do INSS, em julho de 2014, foi de 57 meses. A taxa de juros do consignado é mais baixa para empréstimo pessoal; Da Emissão Bruta e Consignações de benefícios do RGPS - posição em dezembro de 2010 a 2013 e

setembro de 2014 e, por fim, ele afirmou que a matéria *in loco* objetiva que esse Conselho autorize a questão da expansão dos meses de pagamento mantendo as taxas de juros já previamente fixadas e reiteradas no âmbito desse Pleno. Por fim, ele procedeu à leitura da Minuta de Resolução, a qual já foi objeto de discussão em outras oportunidades neste Colegiado. Proposta de Resolução: “O *PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL*, em sua Reunião Ordinária, realizada na data de hoje, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 2º do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Nº 1.212, de 10 de abril de 2002, resolveu: Art. 1º. *Recomendar que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS adote as providências necessárias para elevar o prazo máximo de pagamento nas operações de empréstimo e de cartão de crédito firmadas com instituição financeira, relativas à oferta de crédito consignado ao aposentado e pensionista do INSS, para o limite de 72 (setenta e duas) parcelas mensais e sucessivas.*” Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra ao representante do Ministério da Fazenda que tem como ponto de origem toda essa questão do debate e, informou ainda, que o Ministério do Planejamento alterou sua regra em relação à parcela do empréstimo consignado do servidor público federal, foi publicado um Decreto no dia de ontem alterando esse limite, o limite que havia sido originalmente proposto era de uma elevação a 96 meses que foi estabelecido para o servidor público federal administrado pelo Ministério do Planejamento e o Decreto publicado, mas a regra de bom senso nos debates que foram estabelecidos entre Fazenda e Previdência permitiu a apresentação de uma proposta que elevasse em 12 meses apenas esse teto e também com uma condicionalidade da manutenção da atual taxa. Com a palavra, o Sr. Jeferson Luís Bittencourt (MF) complementou que nas conversas do Ministério da Fazenda com o Ministério do Planejamento e o restante da equipe econômica está sendo implementado um pacote de medidas no âmbito do crédito, fato já veiculado na imprensa, a seguir prestou o seguinte esclarecimento: “O caso mais emblemático é o relaxamento depósito compulsório pelo Banco Central, a possibilidade de aquisição de carteiras de um banco para outro, isso num âmbito mais

macroeconômico, num aspecto mais micro essa questão, por exemplo, da ampliação do número de parcelas também para o consignado dos servidores públicos são iniciativas do governo para tentar reativar o mercado de crédito que teve certa contração após chegar a um determinado nível de endividamento. Um exemplo que também é importante, quando a instrução normativa foi implementada com esses limites de crédito o endividamento das famílias estava em torno de 33%, essa é uma percepção minha, acho que o nosso sistema não estava acostumado a tomar crédito, talvez tenha tomado crédito de maneira açodada, isso colocou alguns segmentos em certa dificuldade e depois disso acho que os agentes econômicos estão aprendendo e estão sendo mais criteriosos na hora de tomar crédito de modo que hoje esse endividamento que era de 33% caiu para menos de 30%. Nesse esforço do governo de ampliar e favorecer a concessão de crédito essa é uma medida que anda no mesmo sentido, é uma medida que marginalmente tem um efeito não muito significativo, aumentaria em um ano, de cinco para seis anos o prazo máximo dessas operações o que abriria mais possibilidades para o aposentado e pensionista no âmbito do crédito consignado, isso é um relaxamento que está sendo feito de maneira cautelosa, primeiro está sendo feito com um passo modesto de doze meses e como disse o Brunca com as condições de governança, com as condições de segurança todas consideravelmente mantidas que são principalmente o comprometimento da renda e a taxa máxima de juros das operações. É uma medida que está sendo tomada com cautela principalmente sem comprometer, sem trazer mais risco para os mutuários, para os aposentados e pensionistas". Aberta a palavra para considerações do Pleno, manifestaram-se: Valeir Ertle (CUT); Evandro Morello (CONTAG); Antônio Cortez (Força Sindical); Mário Sérgio Rodrigues da Conceição (SINTAPI/CUT); Luiz Adalberto da Silva (COBAP). Foram pontuadas várias questões a serem consideradas, quais sejam: Endividamento e como fazer o monitoramento desse endividamento; fazer análise mais criteriosa da propositura; percentual alto, necessário se fazer um debate mais criterioso do aumento de 60 para 72 meses. A seguir, o Sr. Presidente fez algumas exposições

acerca do tema e, em seguida, ele colocou em processo de votação a medida ora apresentada, a qual foi aprovada com voto contrário do conselheiro Mário Sérgio Rodrigues da Conceição (SINTAPI/CUT). Na continuidade, ele colocou a Minuta de Resolução em processo de votação, a qual o conselheiro Miguel Salaberry Filho (UGT) manifestou-se pessoalmente contrário. Na sequência, o Sr. Presidente chamou o ponto de pauta “Consulta Pública – Reabilitação Profissional”, o referido tema foi apresentado pelo Sr. Sérgio Antônio Martins Carneiro (INSS). Inicialmente o relator expôs que a matéria em questão já foi apresentada nesse Colegiado e, nesse momento o que ele vai expor, são os dados pós consulta pública. Inicialmente, ele explicou em minúcias: O porquê o nome está assim articulando com ações de saúde do trabalhador e construindo a reabilitação integral; articulação com as diversas áreas do governo e nos diversos níveis municipal, estadual e federal; Público da Reabilitação Profissional: Beneficiários incapacitados parcial ou totalmente para o trabalho; Pessoas com deficiência Aposentados e Dependentes; Total de Agências com Serviços de Reabilitação Profissional= 703; Total de Servidores Lotados em Serviços de Reabilitação Profissional= 1.085; a seguir, ele fez uma breve contextualização da Reabilitação Profissional no INSS: Ações isoladas das demais políticas de seguridade social; Modelo centrado na DOENÇA e não no POTENCIAL. O trabalhador é agente passivo da sua reabilitação; Ausência de pressupostos e concepções que orientem as práticas na RP; A elegibilidade para o programa é tardia e com base em critérios morfofisiológicos; Ausência de participação dos trabalhadores e empregadores nas pactuações e corresponsabilidades; Inexistência de sistema informatizado da RP com ausência de indicadores que permitam aferir quali/quantitativamente a execução e efetividade do projeto e das ações. Apresentou ainda, o Projeto de Construção Coletiva – Consulta Pública e todo o processo de Consolidação das Propostas da Consulta Pública. Falou também da Reabilitação Profissional: Articulando Ações em Saúde do Trabalhador e Construindo a Reabilitação Integral, a qual objetiva a combinação entre a assistência em saúde que dê suporte ao reabilitando nas suas limitações e o apóie



nas suas habilidades, a reabilitação profissional que o estimule nas suas competências, forneça formação/capacitação e o acompanhe no seu processo de retorno a uma atividade compatível com suas necessidades e a sua reinserção social que garanta recursos e informações para a integração do reabilitado em seu meio ambiente físico, social, cultural e familiar, com acesso aos seus direitos essenciais, enquanto cidadão. Apresentou os Pressupostos da Reabilitação Integral, quais sejam: Todo trabalhador tem direito a um trabalho saudável, compatível com suas capacidades e potencialidades; A Reabilitação Profissional depende de políticas macroeconômicas que privilegiem a vida, o trabalho, a saúde e o meio ambiente; A Reabilitação Profissional é uma ação de Seguridade Social Ampliada, ações integradas de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar Saúde, Previdência, Assistência Social, Educação, Direitos Humanos, Cultura, Esporte, Trabalho e Emprego; As instituições públicas e privadas, empregadores e trabalhadores, possuem papéis específicos; O processo de Reabilitação Profissional é uma ação interdisciplinar e deve acontecer por meio de equipes multiprofissionais, com vistas a ampliar a percepção individual e a dimensão coletiva; A Reabilitação Profissional deve contribuir para a prevenção de riscos ocupacionais e para a promoção à saúde nos ambientes de trabalho, por meio de ações integradas de vigilância em saúde e do estímulo à participação dos trabalhadores e ao controle social; A Reabilitação Profissional deve utilizar a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF, da OMS, agregando ao reconhecimento biológico os aspectos psicossociais e profissionais, bem como identificar as barreiras e os facilitadores capazes de superar as dificuldades. Falou ainda do objetivo geral que visa Promover ações de Reabilitação Profissional, integradas às políticas públicas de Seguridade Social ampliada por meio de uma rede de reabilitação articulada, descentralizada e estruturada no âmbito dos entes federados, com vistas à inclusão do beneficiário incapacitado, pessoas com deficiência, aposentados e dependentes no mundo do trabalho. Apresentou os objetivos específicos, bem como os resultados esperados; As Metas; A Execução; O Monitoramento; As

Ações em Andamento na DGARP – CREABP – CGSPASS – DIRSAT/INSS; Plano de Trabalho 2014 – 2017; Atualização das Diretrizes Teóricas, Técnicas, Metodológicas e Normatizadoras da RP; Pactuação Setores Públicos, Privados e Representações da Sociedade (União – Estados – Municípios); Organização de Comitês Locais Intersetoriais – Rede de Reabilitação Integral. Por fim, ele falou sobre a Formação e Aperfeiçoamento – Saúde do Trabalhador e Temáticas Específicas; Sistema de Informação Integrado para Gestão em RP: SIBE RP; FASE 1: Relatórios Gerenciais; Setembro: Início da Homologação de parte do sistema; FASE 2: Prontuário de Registro da RP; Agosto: Início das discussões de regras de negócio para confecção do DV; GT de Indicadores e Metas da RP; Redimensionamento da Força de Trabalho e das Estruturas Físicas da RP: GT de Redimensionamento da Força de Trabalho e Lotação Ideal e GT de Redimensionamento das Estruturas Físicas, de Lógica e Rede para a RP - Depende do avanço dos comitês intersetoriais. Concluída a apresentação, o Sr. Presidente franqueou a palavra para as contribuições, manifestaram-se: Luiz Adalberto da Silva (COBAP); Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch (CNI); Antônio Cortez (Força Sindical); Evandro Morello (CONTAG); Valeir Ertle (CUT) e Marco Antônio Perez (DPSSO/MPS). Os pontos abordados foram: refletir sobre a questão cultural, ou seja, qual é o valor real do trabalhador no mercado de trabalho, desde o momento que ele ingressa até o momento que ele é dispensado; qual é o conceito de futuro para esse trabalhador, a reabilitação vai garantir que ele se mantenha no mercado de trabalho e que ele tenha uma aposentadoria compatível com o investimento profissional que ele fez no início da carreira dele ou ele terá um subemprego só para dizer que ele está amparado; O profissional que está em estado de reabilitação por cinco anos, há condições de se recuperar depois desses cinco anos; Dar transparência ao processo colocado; custo para o empregador; Dar voto de confiança ao projeto proposto; Construção de um projeto piloto CNI/SESI/INSS; discutir a reabilitação olhando hoje onde isso concentra por atividade econômica precisa de fato trabalhar isso dentro de uma negociação como setor. Solicitou a palavra, a Sra. Darcy Vittobello (MPF) e fez o seguinte

pronunciamento: “Primeiro quero agradecer a oportunidade de o Conselho me receber, o Sérgio fez o convite que foi na reunião do Grupo de Trabalho de Previdência que ocorreu essa semana lá no Ministério Público e me convidou e ao colega, nós temos lá um colega, o Wendel, que está encarregado dentro do grupo que cuida da reabilitação. Ele não pôde vir por outros compromissos profissionais e eu estou aqui. Parabenizar o Sérgio e equipe pelo projeto que é uma coisa que nós do Ministério Público estamos pedindo há muito tempo, é muito bom, todos já ressaltaram a dificuldade de execução, mas pelo menos conseguimos fazer o projeto, daí quem sabe conseguimos executar pelo menos uma parte dele, acho que é fundamental isso. Esse projeto está dentro da linha de pensamento do Ministério Público Federal, do judiciário, porque foi uma defesa do Ministério Público histórico que a incapacidade não é só doença, as condições sociais são relevantíssimas para determinar se uma pessoa volta ou não volta ao mercado de trabalho e todas as coisas que o Dr. Sérgio colocou têm sido acolhidas pelo judiciário muitas vezes o INSS nega aposentadoria por invalidez e o judiciário reconhece com base nesses critérios, é muito importante que hoje o próprio INSS esteja incorporando esses conceitos. Essa questão colocada aqui de que o trabalhador precisa querer voltar é importante porque ele precisa de um lado incentivo financeiro, nós temos uma colega especialista em previdenciário muito crítica que é a Dra. Zélia Pierdoná que sempre coloca que esse modelo atual de remuneração do benefício acaba incentivando o trabalhador a não voltar porque na medida em que ele não paga contribuição ele acaba ganhando mais do que ele ganha trabalhando, todos nós somos sensíveis ao bolso, acho que isso é uma coisa muito concreta, temos que repensar um incentivo para o trabalhador tanto do lado do valor social do trabalho mas também do lado financeiro, tem as dificuldades também porque tem o preconceito aqui falado, fiquei muito satisfeita de ouvir a CNI lembrando o seguinte, falar um pouquinho do nosso Grupo de Trabalho, nosso Grupo de Trabalho começou em 2006, nós integramos a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão que está dentro do Ministério Público Federal que tem por obrigação tentar que o cidadão tenha todos esses

direitos que estão na Constituição respeitados, toda seguridade social, tenho que dizer que embora o SUS seja muito importante, está enfrentando muitas dificuldades, pensando aqui na questão da reabilitação depende muito, muitas vezes o trabalhador está sem poder trabalhar porque não está tendo acesso ao tratamento de saúde ele está lá numa fila de cirurgia eletiva quando o INSS está pagando um benefício que não deveria pagar se esse trabalhador tivesse feito essa cirurgia no tempo certo e conseguisse se recuperar, isso é importante. A Diretoria de Saúde do Trabalhador, eu vi a luta pela sua criação, o Valdir Simão lutou muito, o Dr. Brunca que estava lá na Diretoria de Benefícios, todos os Ministros que passaram por ali lutaram e conseguiram criar essa Diretoria de Saúde do Trabalhador, eu me lembro, o primeiro Diretor chamava César e ele durou muito pouco, estamos aqui firmando, estamos vendo essas ideias sendo construídas, a questão da perícia, são muitas coisas para falar, eu não quero avançar muito mas vou chamar atenção de algumas coisas. A fundamentação do laudo é importante. Quando esse grupo nasceu na época em que se implantou a alta programada. Quero falar um pouco da perícia, aqui é uma oportunidade única para conversar com os senhores, e nós sabemos também que há certa resistência a esse que chama novo modelo de perícia que está ficando velho sem ser implantado, um trabalho do grupo é importante, os membros do Ministério Público são autônomos, esse grupo tem um trabalho de coordenar tanto de se articular com os órgãos públicos e com a sociedade como também com os colegas, mas nós não podemos impor aos colegas o que eles podem fazer, nós temos que convencer senão eles podem entrar com as ações civis públicas, defender as teses que ele pretendam e na época da alta programada, eu acho que foi um avanço enorme, não temos mais que fazer perícias, imaginem os senhores com os número de hoje se nós estivermos fazendo perícia para dizer que o cidadão ficou bom, todos nós quando vamos a um médico porque quebrou a perna, passou mal, se o médico se lhe dá uma licença saúde ele lhe diz quanto tempo você precisa para ficar recuperado, evidentemente essa foi uma briga que ganhamos, isso foi relevante para o aperfeiçoamento, esse cidadão também tem

que ter a garantia porque isso não é matemático porque se ele não ficar bom ele tem como prorrogar o benefício mas de fato a sociedade ter o custo de fazer perícia para dizer, olha, você está bom, pode voltar ao trabalho, demorou muito para gente entender isso, ainda hoje eu ouço resistência. Aqui o Dr. Nagamine que participou comigo de uma audiência pública não sei se foi na Câmara ou no Senado que um dos debates foi essa questão, um dos Deputados contestando isso, eu disse, olha, o senhor queria ou não queria isso está decidido no judiciário, isso não volta, nós não vamos mais ter perícia para dizer que o cidadão ficou bom. Fundamentação dos laudos também é uma batalha nossa porque precisa quando nega a perícia para o cidadão tem que dizer por que, não pode só ele não saber, essa é uma luta nossa. Voltando um pouco à Diretoria de Saúde do Trabalhador, nessa época também, isso me deixa muito esperançosa, o Valdir Simão que era o presidente do INSS disse, estou tentando fazer uma parceria com o Sistema S, isso mandou muito, ele foi duas vezes Presidente do INSS já tivemos outros e agora ouvi a fala do representante da CNI acho que está havendo conscientização. Outro ponto de destaque é que essa reabilitação também tem que ser compatível com o mercado de trabalho, eu fico às vezes um pouco triste com algumas notícias, um dia desses, eu ouvi no rádio... Tudo tem a participação do empregador, do empregado, do cidadão, diz que o Pronatec a maior procura é para os cursos de manicure e algumas coisas similares. Também tem que passar por uma conscientização nossa que é um país de bacharéis que essa questão do ensino técnico também é difícil de deslanchar porque as pessoas acham que relevante mesmo é ter curso superior quando não tem mercado para todo mundo, quando nós que viajamos para o exterior vemos pessoas lado a lado que são eletricitas, pedreiros, carpinteiros e outras coisas mais no mesmo nível, viajando para o mesmo lugar que eu viajei, por que, porque eles têm remuneração compatível. Todos sabem que na Europa não existe tanto bacharel, não existe tanta pessoa que vai fazer curso superior e não tem lugar para todo mundo. Saiu há umas duas semanas na Folha, eu até levei para o meu gabinete porque os servidores públicos sempre acham que ganham pouco que o nível de salário de

peessoas formadas é de 3 a 4 salários mínimos. Meu sobrinho se formou engenharia recentemente, dezembro passado, ele era estagiário, ofereceram dois mil reais para ele na empresa, uma grande empresa lá em Sergipe, então assim, não tem lugar para todos os bacharéis e nem vão ser bem remunerados por serem bacharéis, acho que temos muito que investir nessa questão da qualificação técnica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi um grande avanço, mas na prática ela não avançou tanto porque na nossa cabeça socialmente nós temos que ser bacharéis, é aí que temos que ter um avanço social ainda que não tenhamos um avanço financeiro. Eu tive oportunidade há três semanas de ir ao Rio para falar sobre previdência e saúde num congresso e fiquei surpreendida, foi muito bom, não fui só para falar, fui também para assistir um pouco, tinha lá muitos sindicalistas dos trabalhadores, foi muito importante, eu vi a preocupação com a terceirização, mostrando como isso impacta na vida do trabalhador, no acidente de trabalho na precarização, eles estão preocupadíssimos com a decisão do Supremo Tribunal Federal mas eu fiquei aqui refletindo, será que o problema é a terceirização ou o problema é como ela é executada. Ouvi uma frase de uma professora da Bahia que me chocou muito, ela fez uma pesquisa sobre condições de trabalho e ela ressaltou alguns depoimentos de alguns dos trabalhadores esse foi o mais grave, o trabalhador me disse assim, “eu me sinto cada dia que saio para trabalhar indo namorar com a morte”, isso é muito trágico, todos nós aqui ainda que talvez não estejamos tão satisfeitos com as nossas condições de trabalho, mas nem de longe se compara com isso. Ela foi falar do caso de Barcarena, da lama vermelha que já está chegando em Belém, a contaminação pelo mercúrio das empresas de alumínio, o que a gente vê, a gente vê a realidade do trabalhador que talvez a gente nem sempre no dia a dia tenhamos consciência de quanto isso é grave, de quanto isso provoca. Também ressaltaram lá muito a questão que responsabiliza muito o empregado, ele é o culpado de ter sido acidentado, ele deixou de usar o equipamento de proteção individual, ele não teve o devido cuidado, eles falaram também do trabalho na Petrobras, das terceirizadas que têm multas altíssimas por não cumprir a meta e

com isso quando quebram uma máquina e não querem informar a Petrobras e fazem três quatro trabalhadores fazerem aquele serviço impossível a um ser humano.. Acho que tem muita coisa e eu não vou mais me alongar tanto, tem muita coisa que precisa ser feita e quero também aqui fazer um apelo, eu sei que essa questão da perícia vai ser examinada aqui pelo Conselho, nós precisamos começar, de fato começou, na medida em que a gente faz uma parceria às vezes até propor uma ação civil pública, nós consideramos um fracasso da mesma forma que alguém falou da aposentadoria por invalidez, quando o cidadão chega a isso, é o diploma do fracasso, para nós do Ministério Público temos que propor uma ação civil pública também nós fracassamos, nós tentamos e não conseguimos, mas de outro lado temos prerrogativas profissionais que o próprio poder executivo não tem, muitas vezes essa ação acaba sendo uma forma de viabilizar, de romper barreiras tanto legislativas como de proteção hoje, eu sempre ressalto também que cidadãos como Dr. Sérgio, como o Dr. Brunca que está aqui há muitos anos e todos esses que lutam no governo, é difícil não sair com uma ação de improbidade, uma ação penal, eu tenho esse cuidado, por exemplo, para que eles tenham respaldo, então quando o judiciário diz ao INSS que ele tem que contratar peritos onde não têm viabilidade então ele está dando respaldo para a administração, para o gestor, vocês podem dizer assim, Ministério Público, vocês lutaram tanto contra a perícia terceirizada, nós colaboramos muito para acabar com isso e agora vocês estão querendo de volta? Não, nós não queremos de volta, nós valorizamos muito o perito, o trabalho do perito, mas sabemos também que é impossível ter o perito em todo lugar, e no tempo certo, agora mesmo está uma dificuldade porque as contratações em alguns lugares não podem ser renovadas. A gente tem que colocar o médico perito que é um profissional relevantíssimo para fazer aquelas atividades que são essenciais para o perito, não que ele fique perdendo tempo fazendo o que ele poderia deixar de fazer, a gente tem que valorizar o médico assistente também, o nosso Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Rios, que dá o maior apoio a esse grupo de Previdência, que já fez reuniões com o Ministro da Previdência constantemente

aqui com a Diretoria do INSS, ele sempre repete isso, nós temos, primeiro, ter fé nas pessoas, confiar nessa boa-fé, o trabalhador não é um bandido, ele não tem a cada dia provar que é honesto, não desconhecemos que tem muitas fraudes, mas isso não justifica que a maioria que é pessoa honesta ter a cada dia que provar sua honestidade, temos que caminhar para uma liberalização com isso aí, por que fazer uma perícia quando já teve um médico, o médico da empresa também tem responsabilidade, temos que juntar esses esforços para melhorar as coisas porque o INSS não vai dar conta, não vai dar conta não vai tentar ficar fazendo concurso para medico peritos, os peritos se aposentam, os peritos não assumem, não querem ir para o interior, não temos como obrigar, temos que ter consciência disso e também não temos que ficar fazendo perícia faz de conta porque, gente, em julho, há dois anos quando o outro presidente Dr. Mauro, nós levamos para ele sete casos, eu sempre falo para o Dr. Sérgio que faz todo esforço e a equipe do INSS que tem melhorado,mas tem muita dificuldade, há dois anos na outra eleição tinha um plano de emergência, em julho, para acabar com isso, Imperatriz tinha tempo médio de agendamento, tempo médio, 193 dias, todos nós aqui que temos uma condição um pouquinho melhor se não receber o salário do mês como fica, e esse cidadão na maioria é muito pobre, sem poupança, sem a família que tenha também condições de ajudar, como é que vão ficar seis meses esperando por uma perícia, depois é perícia de faz de conta, porque o que o médico vai fazer, ele vai olhar os exames e em seis meses esse trabalhador já ficou bom,não tem como o médico verificar se estava doente, além do custo, tem o custo social, o custo do INSS, o médico perito não vai conseguir fazer um bom trabalho, acho que a gente tem que se conscientizar que tem que desonerar a perícia, por isso mais uma vez eu parabenizo o INSS por estar pensando, eu sei dessas dificuldades das equipes multidisciplinares mas temos que trabalhar com isso, conclamo esse Conselho também a apoiar todos esses projetos”. Concluídas as manifestações, o Sr. Relator fez os devidos esclarecimentos. Registre-se que o item “Detalhamento dos Estudos sobre o perfil dos beneficiários do RGPS” foi retirado de pauta em função



de um compromisso que o Sr. Rogério Nagamine precisava cumprir fora desse Ministério.

#### **IV – Informes**

Sobre o informe “Situação atual dos Conselhos de Previdência Social – CPS”, o Sr. Presidente relatou a respeito da ativação do Conselho de Previdência Social em Ouro Preto/MG, assim como, a implantação do Conselho de Previdência Social em Salvador/BA. A seguir, ele convidou o Sr. Jarbas de Araújo Félix - Chefe da Assessoria de Cadastros Corporativos do MPS para que ele explanasse a respeito do Decreto 8.270, de 26.06.2014 que Institui o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC e seu comitê gestor, e dá outras providências. O Sr. Jarbas de Araújo Félix (MPS) saudou a todos e, em seguida ele disse que o Decreto em questão veio instituir o SIRC, que é composto de um comitê gestor que está se adequando, ele vai ser colocado com uma Portaria conjunta dos Ministérios da Previdência e da Secretaria dos Direitos Humanos - SDH. Esse Decreto instituiu o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil e seu comitê gestor. A ideia do SIRC é permitir a gestão unificada dos dados biográficos e biométricos do cidadão, objetivando garantir direito à identificação pessoal unívoca, além disso, garantir também segurança no processo de gestão de benefícios, consolidar a política de identificação abrangendo todo ciclo de vida dos cidadãos e ter a sistemática que favorece a unificação dos demais documentos de identidade, isso na prática significa a necessidade de colocar as certidões de nascimento, casamento e óbito que são geridas pelos cartórios e nesse comitê será feita essa ação. A ideia também é que ele seja o pré-RIC. Finalmente, o relator mostrou o complexo do sistema, o qual é possível visualizar a interação dos entes com o SIRC, isto é, o SIRC sendo alimentado pelos cartórios tendo a participação do CNJ - Conselho Nacional de Justiça que faz os provimentos e eles têm assento dentro do comitê gestor. O Sr. Benedito Adalberto Brunca (MPS) acrescentou que está sendo aguardada a primeira reunião do comitê e a partir dessa reunião será desencadeado o processo de implantação e

planejamento, a forma de execução ficou sob a responsabilidade do INSS através da Diretoria de Benefícios, a parte operacional junto às gerências e agências do país todo que é o braço operacional de contato do cartório com o SIRC. Aberta a palavra, manifestaram-se: Walter Tadeu (CNF); Valeir Ertle (CUT) e Rafael Ernesto Kieckbusch (CNI). Na continuidade, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Vladimir Gobbi Júnior (INSS) para que falasse a respeito do Resultado da licitação da folha de pagamento de novos benefícios, este, após saudar a todos, deu por iniciado o seu informe, qual seja: “Vamos só complementar a apresentação que a gente fez quando estava ocorrendo o pregão aqui no Ministério mês passado, como a gente tinha falado venho agora aqui para o Conselho para apresentar os resultados, a gente está entregando para vocês o resultado por lote contendo o valor do maior lance e a instituição financeira que ficou como preferencial em cada um desses lotes. O resultado do pregão foi publicado dia 9 no Diário Oficial, das 15 instituições financeiras que participaram uma foi inabilitada que foi o Banco da Amazônia, as demais 14 estamos aguardando para assinatura do contrato. Nossa previsão é que na próxima semana a gente consiga se reunir com os bancos para assinar o contrato, começar a planejar para o dia 1º de janeiro iniciar a vigência desse contrato. Como a gente pode ver aqui os lotes na imensa maioria tivemos uma variação positiva no valor que tinha sido ofertado em 2009 para o valor que foi ofertado agora em 2014, apenas dois lotes a gente não teve essa variação positiva o que a gente considera grande avanço e consolidação desse modelo que a gente tem adotado mostrando que é um modelo funcional e os bancos estão aceitando bem dessa forma, já conseguimos consolidar, a gente entende que daqui para frente temos esse modelo mais fortalecido. Em linhas gerais era isso, só vou detalhar para vocês os maiores vencedores, o Bradesco venceu em 10 lotes, o Itaú foi vencedor em 7 lotes, o Banco Mercantil foi vencedor em 4 lote, o Banco do Brasil foi vencedor em 3 lotes, tivemos o BMG vencedor em 1 lote e o BRB vencedor em outro lote, esses foram os preferenciais no nossos 26 lotes”. O Sr. Presidente que

após conhecimento do resultado do leilão, informou que é imprescindível acompanhar o processo de execução do contrato.

#### **V – OUTROS ASSUNTOS**

O Sr. Presidente definiu com os conselheiros a pauta para a 210ª Reunião Ordinária do CNPS, ficando assim estabelecida: i) Detalhamento dos Estudos sobre o perfil dos beneficiários do RGPS; ii) FAP. Em seguida, ele fez o seguinte pedido ao Pleno: “Gostaria de conclamar as instituições, as representações aqui a indicarem nomes para a Secretaria do Conselho dos representantes que nós vamos ter que constituir Grupos de Trabalho entre a próxima reunião e a seguinte para aprofundar e exaurir os temas que a gente aqui apresentar”.

#### **V – ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a 209ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. Para constar, eu, Benedito Adalberto Brunca (MPS) lavrei a presente Ata.  
Brasília, 25 de Setembro de 2014.